

PORTARIA VEMSE 4 DE 16 DE MARÇO DE 2020

Dispõe sobre a prorrogação da suspensão de benefícios extramuros nas unidades de internação do sistema socioeducativo em decorrência do Coronavírus (COVID-19).

A JUÍZA DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o crescente número de casos suspeitos e confirmados de coronavírus (COVID - 19) no Distrito Federal, no Brasil e no mundo;

CONSIDERANDO a decisão da Organização Mundial da Saúde de declarar cenário de pandemia em relação ao coronavírus;

CONSIDERANDO a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19), e as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS);

CONSIDERANDO que o Governo do Distrito Federal, a fim de evitar a disseminação do coronavírus, publicou o Decreto 40.512, de 13 de março de 2020 e Decreto 40.520, de 14 de março de 2020, suspendendo no período de quinze dias, prorrogáveis por igual período, os eventos que exijam licença do Poder Público, com público superior a cem pessoas, e as atividades educacionais em todas as escolas, universidades e faculdades, das redes de ensino pública e privada, tendo seus efeitos ampliados pelo Decreto 40.522, de 14 de março de 2020, além de outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos para evitar a disseminação do coronavírus nas Unidades de privação de liberdade do Sistema Socioeducativo;

CONSIDERANDO que nas Unidades de internação e de internação provisória do sistema socioeducativo, em dias de visita, há o aumento do quantitativo de circulação de pessoas, que pode facilitar a propagação do referido vírus;

CONSIDERANDO a necessidade de preservar a saúde das pessoas privadas de liberdade, dos familiares e amigos, bem como dos servidores que laboram nos procedimentos para realização das visitas nas Unidades de Internação e Internação Provisória;

CONSIDERANDO que a este Juízo, bem como a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo – SUBSIS, aguardam orientações da Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SES sobre a adoção de outras providências preventivas para os ambientes de privação e restrição de liberdade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o período de suspensão anteriormente determinado na Portaria n. 2 VEMSE de 12 de março de 2020, temporariamente, pelo prazo de quinze dias, contados a partir de 16 de março de 2020, prorrogáveis por igual período, todos os benefícios extramuros (saídas especiais, teste e sistemáticas) concedidos aos socioeducandos das Unidades de Internação Estrita do Distrito Federal (UNIRE, UISM, UISS, UIBRA, UIP, UIPSS), com exceção dos socioeducandos que estão acatelados na Unidade de Internação de Saídas Sistemáticas (UNISS), que poderão usufruir das saídas sistemáticas já em curso.

Parágrafo único: os benefícios de saídas extramuros não usufruídos, em observância ao disposto nesta Portaria, deverão ser gozados em data e horário a serem definidos pela Direção das Unidades de Internação do Distrito Federal, após o transcurso do período supracitado, caso não haja nova determinação judicial em contrário.

Art. 1º. A presente Portaria entra em vigor na presente data.



LAVÍNIA TUPY VIEIRA FONSECA
Juíza de Direito